CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 423/2019

Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo no Município de Salvador, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo e estabelece diretrizes para sua consecução.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com albinismo o portador de distúrbios classificados no código "E70.3 Albinismo", da décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), e revisões subsequentes.

Art. 2º São ações da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo:

I – a estruturação da linha de cuidados e o estímulo à prática do autocuidado;

II – a organização do fluxo da assistência à saúde;

III – a definição do perfil epidemiológico.

Art. 3º São direitos da pessoa com albinismo:

I – o acesso ao atendimento dermatológico com tratamento não farmacológico, da crioterapia e da terapia fotodinâmica, e oftalmológico especializado, conforme dispõe o artigo 1º da Lei 9.474/2019;

II – o acesso ao atendimento psicológico.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 13 de julho de 2020.

MARCOS MENDES
Vereador pelo PSOL

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

JUSTIFICATIVA

O albinismo é uma condição genética caracterizada pela ausência total ou parcial de pigmentação da pele, dos pelos e dos olhos, que afeta com maior frequência a população negra. Por conta disso, as(os) albinas(os) possuem limitações físicas: têm dificuldade de enxergar e são sensíveis à exposição solar, sendo mais suscetíveis ao câncer de pele.

Dependendo da quantidade de melanina fabricada pelo organismo, o albinismo pode ser classificado em tirosinase-negativo, quando não há produção de melanina, e tirosinase-positivo, quando a produção é pequena. O certo é que quanto menos melanina for sintetizada, maior será o risco de ocorrerem queimaduras e câncer de pele.

Vários obstáculos se colocam quando não há políticas públicas específicas. As(os) albinas(os) sofrem preconceito e estigma, o que pode dificultar seu acesso a serviços básicos, como educação, o que implica também no acesso ao mercado de trabalho. Em última instância, está em jogo o direito de ir e vir.

Outro desafio que enfrentam é na área de saúde. O albinismo é uma condição genética não contagiosa, que pode provocar deficiência visual e deixar as pessoas com pele muito vulnerável ao sol devido à ausência de melanina.

Para essas pessoas, o acesso a protetor solar é de vital importância, já que é a principal medida preventiva contra câncer de pele. Pessoas com albinismo são 1.000 vezes mais suscetíveis à doença do que a população em geral. Em algumas áreas do país a expectativa de vida para esse grupo pode ser de apenas 33 anos, em função do câncer de pele, sendo que a prevenção é relativamente simples.

Ainda, é comum que as pessoas albinas desenvolvam uma baixa autoestima, insegurança e retração emocional. Nestes casos, o acompanhamento Psicológico é fundamental para uma melhor qualidade de vida destas pessoas, de modo a ajudá-las a combater a sua percepção de rejeição e a tendência para o isolamento social, reforçando a sua autoestima.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

Destarte, o presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar aos albinos o acesso ao atendimento dermatológico, inclusive ao protetor solar e a medicamentos essenciais, a tratamento não farmacológico, a crioterapia e a terapia fotodinâmica. Eles também terão assegurado o direito a atendimento oftalmológico especializado, assim como a lentes especiais e aos demais recursos necessários para o tratamento da baixa visão e da fotofobia, comuns entre os albinos. Sendo também assegurado o acesso ao atendimento psicológico.

Isto posto, diante da importância e do alcance da medida, conto com apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Salvador, 13 de julho de 2020.

MARCOS MENDES
Vereador pelo PSOL